



SERVIÇO PÚBLICO FEDERAL
MJSP - POLÍCIA FEDERAL
DELEGACIA REGIONAL DE POLÍCIA JUDICIÁRIA - DRPJ/SR/PF/MT

ESTUDO PRELIMINAR Nº 31850346/2023-DRPJ/SR/PF/MT

Processo nº 08320.005589/2023-26

1. INTRODUÇÃO

O presente Estudo Preliminar tem o objetivo de efetuar a análise de viabilidade e o levantamento dos elementos essenciais que servirão para compor Termo de Referência para a aquisição de equipamentos para a academia de musculação da Superintendência Regional de Polícia Federal em Mato Grosso e Delegacia de Cáceres, além de tatames para a DPF/PF/SIC, da forma que melhor atenda às necessidades da Administração.

2. DESCRIÇÃO DA NECESSIDADE DA CONTRATAÇÃO

A SR/PF/MT, DPF/PF/CAE e a DPF/PF/SIC são compostas por servidores Policiais, administrativos e terceirizados que utilizam a academia para exercitar-se e manter uma vida saudável.

O treinamento resistido tem um papel de destaque dentre as atividades físicas, sendo recomendado pelas principais organizações de saúde do mundo como forma de prevenir problemas de saúde e manter capacidades funcionais, além de poder ser usado com objetivos atléticos e terapêuticos.

Além dos benefícios aos servidores do quadro funcional, e em observância ao disposto na IN 88/2014- DG/DPF, que versa sobre a obrigatoriedade da prática desportiva no âmbito da Polícia Federal, o treinamento resistido auxiliará na preparação das estruturas ósseas, articulares e musculares dos servidores para treinamentos físicos, fornecendo suporte neuromuscular para a realização de atividades exigidas em eventuais cursos de formação que demandem a aptidão física dos participantes, reduzindo a incidência de lesões e melhorando o desempenho em atividades específicas.

Ademais, a incidência de cursos práticos e formações para grupamento especial no âmbito da SRMT cresceu consideravelmente nos últimos anos, o que vem ao encontro da necessidade de expansão da academia para 63 metros.

No que diz respeito à saúde mental, conforme referencial teórico extraído do Manual de Psiquiatria do Estilo de Vida - Guia prático baseado em evidências, de Ana Paula Lopes Carvalho e Beny Lafer, e outros, há evidências sólidas do papel profilático e terapêutico das atividades físicas nos transtornos depressivos.

Os transtornos depressivos são a principal causa de anos vividos com incapacidade em todo o mundo, afetando mais de 300 milhões de pessoas de todas as idades e figurando como um dos principais contribuintes para a carga global geral de doenças. A depressão é um transtorno altamente incapacitante, podendo apresentar curso recorrente, trazendo inclusive alto índice de afastamento das atividades laborais, o que pode ser evitado com prática física regular.

Precisamos ressaltar que a atividade policial carrega por si só uma grande carga de estresse. A ansiedade é uma reação normal ao estresse e, em certas situações, pode ser uma resposta adaptativa positiva. Ansiedade excessiva e crônica, torna-se, então, desadaptativa. Os transtornos de ansiedade são o tipo mais comum de transtorno mental e atualmente constituem a principal causa de ocorrência de anos globais vividos com incapacidade. São numerosas as evidências atestando que a prática do exercício pode melhorar os sintomas de ansiedade entre adultos saudáveis comprovadamente sem transtornos de ansiedade. Por outro lado, também há evidências demonstrando que a inatividade física é fator de risco

para a ocorrência da ansiedade.

Com a implementação do Programa Rosa dos Ventos, a SR/PF/MT tem envidado esforços em todas as áreas, a fim de implementar o maior número de projetos possível que vise os cuidados com a saúde mental e emocional dos servidores e público interno.

Considerando todos os benefícios mencionados, identificou-se, que os espaços e equipamentos atuais já não são eficazes no atendimento da demanda da Superintendência, Delegacia de Cáceres e Delegacia de SINOP, gerando assim a necessidade de aquisição de novos equipamentos.

3. DESCRIÇÃO DOS REQUISITOS DA CONTRATAÇÃO

Os equipamentos devem ser profissionais e próprios para academias de musculação e atender todas as especificações da descrição do item.

A proposta deverá especificar, quando cabíveis: marca, modelo, fabricante, custos unitário e totais e, se possível, outras referências que bem identifiquem o produto cotado.

O preço final deverá incluir todas as despesas referentes aos tributos, frete e demais encargos indispensáveis ao perfeito cumprimento das obrigações contratuais.

Devem ser observadas as normativas contidas na legislação em vigor, observando-se o quanto constar no futuro Edital de certame.

A empresa a vencer a licitação, deverá possuir alguns requisitos mínimos, a saber:

- a) ser do ramo do objeto da licitação.
- b) possuir capacidade logística adequada para as demandas solicitadas;
- c) estar alinhada com a política de desenvolvimento sustentável;
- d) possuir experiência no mercado;
- e) estar em dia com as obrigações trabalhistas e previdenciárias.

4. LEVANTAMENTO DE MERCADO, QUE CONSISTE NA ANÁLISE DAS ALTERNATIVAS POSSÍVEIS, E JUSTIFICATIVA TÉCNICA E ECONÔMICA DA ESCOLHA DO TIPO DE SOLUÇÃO A CONTRATAR

Tendo como base a promoção da livre concorrência, comprovada após um amplo levantamento de mercado, como também as contratações anteriores de outros Órgãos, aliado ao fato dos materiais a serem contratados se tratarem de bens considerados comuns e de acordo com o Decreto nº 10.024/2019, a solução mais viável para a contratação é a aquisição dos itens por meio de fornecedores habilitados mediante Pregão Eletrônico, por se tratarem de itens comuns.

Considerando que a natureza dessa aquisição será adotada a modalidade de Registro de Preços com base nos incisos I e II do artigo 3º, do Decreto nº 7.892/2013:

"I - quando, pelas características do bem ou serviço, houver necessidade de contratações freqüentes;

II - quando for conveniente a aquisição de bens com previsão de entregas parceladas ou contratação de serviços remunerados por unidade de medida ou em regime de tarefa;"

5. DESCRIÇÃO DA SOLUÇÃO COMO UM TODO

Os materiais deverão ser acondicionados em suas embalagens originais, lacradas e apropriadas para armazenamento, com sua identificação, fazendo constar sua descrição e incluindo, quando cabíveis: marca, fabricante, garantia, validade e outras especificações, de acordo com sua características.

Os bens serão recebidos provisoriamente no prazo de 5 (cinco) dias, pelo(a) responsável pelo acompanhamento e

fiscalização do contrato, para efeito de posterior verificação de sua conformidade com as especificações constantes no Termo de Referência e na proposta.

Os bens poderão ser rejeitados, no todo ou em parte, quando em desacordo com as especificações constantes no Termo de Referência e na proposta, devendo ser substituídos no prazo de 10 (dez) dias, a contar da notificação da contratada, às suas custas, sem prejuízo da aplicação das penalidades.

Os bens serão recebidos definitivamente no prazo de 10 (dez) dias, contados do recebimento provisório, após a verificação da qualidade e quantidade do material e consequente aceitação mediante termo circunstanciado. Na hipótese de a verificação não ser procedida dentro do prazo fixado, reputar-se-á como realizada, consumando-se o recebimento definitivo no dia do esgotamento do prazo.

O recebimento provisório ou definitivo do objeto não exclui a responsabilidade da contratada pelos prejuízos resultantes da incorreta execução do contrato.

De acordo com a Lei nº 8.078/1990 (Código de Defesa do Consumidor), a apresentação do produto deverá assegurar informações claras, precisas, ostensivas em língua portuguesa sobre as características, marca, procedência, número do lote, qualidade, quantidade, composição, preço, garantia, prazo de validade, bem como os riscos que representam à saúde e à segurança dos usuários.

5.1 OBRIGAÇÕES DA CONTRATANTE

São obrigações da Contratante:

- Receber o objeto no prazo e condições estabelecidas no Edital e seus anexos;
- Verificar minuciosamente, no prazo fixado, a conformidade dos bens recebidos provisoriamente com as especificações constantes do Edital e da proposta, para fins de aceitação e recebimento definitivo;
- Comunicar à Contratada, por escrito, sobre imperfeições, falhas ou irregularidades verificadas no objeto fornecido, para que seja substituído, reparado ou corrigido;
- Acompanhar e fiscalizar o cumprimento das obrigações da Contratada, através de comissão/servidor especialmente designado;
- Efetuar o pagamento à Contratada no valor correspondente ao fornecimento do objeto, no prazo e forma estabelecidos no Edital e seus anexos;

A Administração não responderá por quaisquer compromissos assumidos pela Contratada com terceiros, ainda que vinculados à execução do contrato, bem como por qualquer dano causado a terceiros em decorrência de ato da Contratada, de seus empregados, prepostos ou subordinados.

5.2 OBRIGAÇÕES DA CONTRATADA

A Contratada deve cumprir todas as obrigações constantes no Edital, seus anexos e sua proposta, assumindo como exclusivamente seus os riscos e as despesas decorrentes da boa e perfeita execução do objeto e, ainda:

- Efetuar a entrega do objeto em perfeitas condições, conforme especificações, prazo e local constantes no Termo de Referência e seus anexos, acompanhado da respectiva nota fiscal, na qual constarão as indicações referentes a: marca, fabricante, procedência e prazo de validade;
- Responsabilizar-se pelos vícios e danos decorrentes do objeto, de acordo com os artigos 12, 13 e 17 a 27, do Código de Defesa do Consumidor (Lei nº 8.078, de 1990); substituir, reparar ou corrigir, às suas expensas, no prazo fixado neste Termo de Referência, o objeto com avarias ou defeitos;
- Comunicar à Contratante, no prazo máximo de 24 (vinte e quatro) horas que antecede a data da entrega, os motivos que impossibilitem o cumprimento do prazo previsto, com a devida comprovação;
- Manter, durante toda a execução do contrato, em compatibilidade com as obrigações assumidas, todas as condições de habilitação e qualificação exigidas na licitação;
- Indicar preposto para representá-la durante a execução do contrato.
- Arcar com as despesas com embalagem, seguro e transporte dos materiais até o(s) local(is) de entrega;
- Responder por todos os ônus referentes ao fornecimento ora contratado, tais como impostos, taxas, encargos sociais e

6. ESTIMATIVA DAS QUANTIDADES

O quantitativo a ser solicitado se justifica tendo em vista a previsão de espaço específico para expansão da academia, conforme layout, sendo necessário seu guarnecimento com aparelhos de ginástica específicos para a prática desportiva dos servidores da Polícia Federal em Mato Grosso (SR/PF/MT) e complementação dos equipamentos já instalados, assim como a expansão das academias de DPF/PF/CAE e DPF/PF/SIC.

A tabela 01 apresenta as quantidade de itens a serem adquiridos:

ITEM	DESCRIÇÃO	UN	QUANTIDADE	Local
1	HACK ARTICULADO DE AGACHAMENTO	UN	2	SR e CAE
2	REMADA ARTICULADA (P/ USAR COM ANILHAS)	UN	2	SR e CAE
3	CROSS OVER ANGULADO	UN	2	SR e CAE
4	BICICLETA	UN	2	SR e CAE
5	ESTEIRA	UN	2	SR e CAE
6	ELIPTICO	UN	1	CAE
7	BANCO P/ SUPINO DECLINADO	UN	1	CAE
8	BANCO PANTURILHA	UN	1	CAE
9	MESA FLEXORA	UN	1	CAE
10	DESENVOLVIMENTO ARTICULADO	UN	1	CAE
11	BANCO LOMBAR	UN	1	CAE
12	BARRAS PARALELAS P/ TRICEPS E ABDOMINAL VERTICAL	UN	1	CAE
13	LEGPRESS HORIZONTAL	UN	2	SR e CAE
14	CADEIRA ADUTORA/ABDUTORA	UN	1	CAE
15	CADEIRA-REMO	UN	1	SR
16	SIMULADOR DE ESCADA	UN	1	SR
17	PANTURRILHA EM PÉ	UN	1	SR
18	ELEVAÇÃO PÉLVICA	UN	1	SR
19	PUXADA	UN	1	SR
20	GRAVITON	UN	1	SR
21	FLEXÃO NÓRDICA*	UN	1	SR
22	SUPINO MÁQUINA	UN	1	SR
23	Barra Guiada Smith	UN	1	SR
24	PISO DE PNEU RECICLADO COM INSTAÇÃO 100X100X1,5CM	MT	116	SR e CAE
25	DUMBELL 34 KG	UN	2	CAE
26	DUMBELL 36 KG	UN	2	CAE
27	DUMBELL 38 KG	UN	2	CAE
28	DUMBELL 40 KG	UN	2	CAE
29	SUPORTE PARA DUMBELL	UN	1	CAE
30	ANILHA 25KG	UN	16	SR e CAE
31	ANILHA 20KG	UN	10	SR
32	ANILHA 15KG	UN	16	SR e CAE
33	ANILHA 10KG	UN	12	SR e CAE
34	ANILHA 5KG	UN	10	SR e CAE

35	ANILHA 3 KG	UN	14	SR e CAE
36	ANILHA 2 KG	UN	18	SR e CAE
37	KIT KETTLEBELLS	UN	1	CAE
38	BOLA SUIÇA	UN	1	CAE
39	CINTO P/ LOMBAR	UN	2	CAE
40	BARRA "W"	UN	2	SR e CAE
41	PUXADOR TRIAGULO	UN	2	SR e CAE
42	PUXADOR RETO	UN	2	SR e CAE
43	PUXADOR CORDA	UN	4	SR e CAE
44	PUXADOR "W"	UN	4	SR e CAE
45	PUXADOR SIMPLES P/ CROSS	UN	4	SR e CAE
46	STEP EVA	UN	2	CAE
47	PROTETOR EMBORRACHADO AGACCHAMENTO	UN	2	CAE
48	KIT PUXADORES ANATÔMICOS	UN	2	SR e CAE
49	JUMP BOX	UN	4	SR e CAE
50	SUPER BAND	UN	4	SR e CAE
51	RODA PARA EXERCICIOS	UN	2	CAE
52	FITA DE SUSPENSÃO (TRX)	UN	1	CAE
53	PROTETOR DE TORAX	UN	3	CAE
54	PROTETOR DE CABEÇA	UN	3	CAE
55	CANELEIRA P/ LUTA	UN	6	CAE
56	LUVAS DE BOXE	UN	6	CAE
57	BARRA 1,80	UN	1	SR
58	BANCO PARA MUSCULAÇÃO	UN	2	SR
59	TATAME	MT	20	SIC
60	TATAME (PAREDE)	MT	5	SIC

* Valor estimado em cotação em sites eletrônicos

7. ESTIMATIVA DO VALOR DA CONTRATAÇÃO

A estimativa de preços foi realizada em consonância com a Instrução Normativa nº 73/2020, de 5 de agosto de 2020, do Ministério da Economia, que dispõe sobre diretrizes sobre o processo administrativo para a realização de pesquisas de preços nas aquisições de bens e contratações de serviços. Foram observados os seguintes procedimentos:

I - Painel de Preços, disponível no endereço eletrônico <http://paineldeprescos.planejamento.gov.br>:

II - Aquisições e contratações similares de outros entes públicos, em execução ou firmados no período de até 1 (um) ano anterior à data de divulgação do instrumento convocatório;

III - Pesquisa publicada em mídia especializada, sítios eletrônicos especializados ou de domínio amplo, desde que atualizados no momento da pesquisa e compreendidos no intervalo de até 6 (seis) meses de antecedência da data de divulgação do instrumento convocatório, contendo a data e hora de acesso; ou

IV - Pesquisa direta com fornecedores, mediante solicitação formal de cotação, desde considerados estejam compreendidos no intervalo de até 6 (seis) meses de antecedência da data de divulgação do instrumento convocatório

Foi utilizado o Banco de Preços que possibilita a melhora no processo de contratação pública, pois otimiza a atuação dos agentes, atribui confiabilidade às informações e padroniza os procedimentos. Esta ferramenta disponibiliza acesso a mais inúmeros preços registrados e já contratados pela Administração Pública geral. Por se tratarem de preços contratados por diversos Órgãos e Entidades públicas, o Banco de Preços é um serviço que atende satisfatoriamente as disposições previstas pela IN nº 73, de 2020.

A estimativa total é de -R\$ 364.986,56, conforme detalhamento no anexo Planilha RELATÓRIO DA

8. JUSTIFICATIVA PARA O PARCELAMENTO OU NÃO DA SOLUÇÃO

A regra a ser observada pela Administração nas licitações é a do parcelamento do objeto, conforme disposto no §1º do art. 23 da Lei nº 8.666/93, mas é imprescindível que a divisão do objeto seja técnica e economicamente viável e não represente perda de economia de escala (Súmula 247 do TCU).

Por ser o parcelamento a regra, tecemos aqui as justificativas para aquisição de alguns itens por grupos: Ganho de economia de escala, uma vez que reuniremos em grupo apenas itens de igual aplicação, diferindo apenas em peso e medidas, e como serão adquiridas poucas unidades de cada, o agrupamento permite a diluição de custos, principalmente nos gastos com o frete para envio dos materiais. Assim, a venda se torna mais interessante para os licitantes, que tendem a acirrar a disputa e melhorar os preços para a Administração. A adjudicação individual em de itens de igual aplicação e com poucas unidades, aumenta o risco de ter algum item deserto, prejudicando a contratação planejada. Com o agrupamento o risco de frustrar a aquisição é diminuído.

O agrupamento será apenas em itens de igual aplicação, como por exemplo: grupo dos halteres; grupo das anilhas; grupo das caneleiras; grupo dos dumbbells; grupo dos kettlebells. Assim, o agrupamento não restringe a participação, uma vez que empresa que vende halter de 1kg, vende de 2kg, de 3kg, de 4kg, por exemplo.

9. IDENTIFICAÇÃO DE CONTRATAÇÕES CORRELATAS

Não haverá contratação correlata e/ou interdependente ao objetivo final desta atual necessidade.

10. DECLARAÇÃO DA VIABILIDADE OU NÃO DA CONTRATAÇÃO

Com base nos elementos anteriores apresentados por este Estudo Técnico Preliminar, declaramos a viabilidade desta futura contratação.



Documento assinado eletronicamente por **RAFAEL CAMOLEZ MOREIRA, Escrivão(ã) de Polícia Federal**, em 11/10/2023, às 16:36, conforme horário oficial de Brasília, com fundamento no art. 6º, § 1º, do [Decreto nº 8.539, de 8 de outubro de 2015](#).



A autenticidade deste documento pode ser conferida no site https://sei4.pf.gov.br/sei/controlador_externo.php?acao=documento_conferir&id_orgao_acesso_externo=0&cv=31850346&crc=5DBFDF30.
Código verificador: **31850346** e Código CRC: **5DBFDF30**.